

O golpe na perspectiva de gênero

LINDA RUBIM E FERNANDA ARGOLO (ORGS.)

Salvador: Edufba, 2018. 186p.

Fabiana Sanches Grecco*

O livro *O golpe na perspectiva de gênero*, organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo e publicado pela Editora Edufba no ano de 2018, aborda a dimensão de gênero da crise política brasileira e do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. As autoras da coletânea reconhecem que esse processo é bastante complexo e múltiplo, permeado por uma crise global; mas também, que aspectos das relações de gênero revelam camadas ainda mais complexas de tal conjuntura.

O simples fato de Rousseff ter reivindicado o termo “presidenta” teria mobilizado a imprensa para a correção da palavra, como afirmam Rubim e Argolo. Para Marcia Tiburi, o ódio ao termo presidenta seria do nível da “idiossincrasia fascista”, cuja explicação é inexistente. Dentro da mesma problemática, Nilma Lino Gomes ressalta que a imposição do termo foi algo importante, como uma “demarcação de gênero”. Conforme Eleonora Menicucci, ao assumir o governo, Dilma Rousseff aprofundou o espectro de políticas para as mulheres. Seu governo ficou caracterizado pela maior presença de mulheres nos ministérios, pela criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, que passou a ter *status* de ministério, pela sanção da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, da Lei do Femicídio e da lei que obriga o atendimento integral às vítimas de violência sexual (lei n.12.845/2013); isso, além do aprofundamento da implementação de

* Doutoranda em Ciência Política pela Unicamp. E-mail: fasgrecco@gmail.com

políticas anteriores como a Lei Maria da Penha, Bolsa Família, Casas da Mulher Brasileira e o disque 180. Enfim, a eleição de Rousseff representou uma mudança na participação política e na vida das mulheres, como aborda Vanessa Grazziotin, ainda que isso tenha retrocedido.

No dia seguinte à posse do governo interino de Michel Temer, esse cenário foi revertido. O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi fechado, passando a ser uma atribuição do Ministério da Justiça. Além da falta de mulheres na lista ministerial, houve o corte no orçamento de políticas para mulheres que chegou a 61% em um ano, como afirmam Rubim e Argolo. Outros retrocessos que afetam particularmente as mulheres são: a reforma da previdência, a retirada do debate de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) e o ataque ao que vem sendo definido como “ideologia de gênero”. Todas essas medidas se deram em um “ambiente em que foram rompidos laços e diálogo com os movimentos feministas”, conforme Flávia Biroli (p.78). Menicucci destaca que os primeiros cortes acontecem nas ações voltadas para a vida das mulheres porque “o patriarcado é o sustentáculo do capitalismo, o sustentáculo das políticas neoliberais” (p.71). Para Menicucci, trata-se de “um golpe patriarcal, machista, sexista, capitalista financista, fundamentalista, mediático e parlamentar” (p.66), mas também “de raça, classe, gênero e com uma orientação heteronormativa”, conforme Gomes. Rubim e Argolo alertam que o golpe foi instituído ao “som das painéis, um artefato simbólico, enquanto estigma, na vida das mulheres” (p.12).

Biroli analisa a representação de Rousseff e a defesa de sua deposição como formas de violência política contra as mulheres. Recobra a imagem de que a presidenta era “destemperada emocionalmente” e “descontrolada” em relação às atribuições de seu cargo. As autoras do livro lembram como a frase “Tchau, querida!”, proferida ao longo do processo de *impeachment*, sugere a expulsão das mulheres do lugar que supostamente não lhes pertence: a política. Como destaca Clara Araújo, Dilma Rousseff foi acusada de não carismática, inexperiente e inapta ao jogo político; o que seriam falhas da presidenta costumam ser consideradas virtudes em outros políticos. A justeza dessa afirmação se refletiu com perfeição na forma como Jair Bolsonaro e sua evidente inépcia para o cargo de presidente da República foram tratados pela mídia tradicional, por setores sociais conservadores e por políticos interessados na sua eleição.

Cláudia Leitão recobra o interesse público na sexualidade de Rousseff. Falando sobre esse tema, Araújo afirma que Rousseff era vista “ora a mulher solitária, separada, sem marido; ora a mulher casada duas vezes, mas sempre submetendo sua vida [...] às decisões de seu cônjuge [...] da condição de assexuada à condição de lésbica; ou de assexuada à condição de histérica” (p.45). Menicucci lembra que diante da alta dos preços dos combustíveis, foram distribuídos adesivos que estampavam Rousseff com as pernas abertas para serem colados em carros. Além de ter sua sexualidade debatida de maneira pública e vulgar, com toda a violência que isso implica, Céli Pinto relembra as especulações sobre ela ter ou não usado

armas na luta contra a ditadura militar. Isto porque Rousseff militou no Comando de Libertação Nacional (Colina), posteriormente na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR – Palmares) e foi presa e torturada no período entre 1970 e 1973.

Um aspecto que chama bastante atenção no livro se refere às disputas em torno do tema do aborto, que parece ter figurado como um ponto crítico fundamental de rejeição ao governo de Rousseff. Maíra Mano e Márcia Macêdo rememoram que ainda no período de sua campanha já havia um debate sobre suas intenções em relação à legislação sobre as liberdades sexuais e reprodutivas das mulheres. Dilma publicou esclarecimentos sobre suas pretensões em relação ao aborto por meio de uma carta, chamada de *Mensagem da Dilma*, em que expressava a sua posição de ser pessoalmente contrária ao aborto, mas que pretendia manter a legislação vigente. Houve, também, a aprovação da lei n.12.845/2013, que regulamenta a assistência integral às vítimas de violência sexual, incluindo profilaxia para impedir a gravidez indesejada, o que gerou forte reação contrária, tanto de opositores políticos quanto da população evangélica. Eduardo Cunha (PMDB/RJ), propôs a revogação da lei por meio do projeto de lei (PL) n.6.033/2013. Tal disputa, segundo Rubim e Argolo, Mano e Macedo e Marielle Franco teria deflagrado a chamada “Primavera Feminista de 2015”. Em seu texto, Franco afirma que foram essas manifestações feministas que inspiraram a sua campanha e mandato, sendo seu primeiro PL apresentado à Câmara de Vereadoras e Vereadores da cidade do Rio de Janeiro um projeto para garantir o atendimento humanizado às mulheres que, por lei, têm o direito de interromper a gravidez. Vale lembrar que foi Cunha, personagem central dessa disputa sobre o corpo e a vida das mulheres – na Câmara de Deputados, com mais de 90% de homens, como lembra Céli Pinto – quem recebeu e aceitou o pedido de *impeachment* contra Rousseff.

Já Céli Pinto e Olívia Santana afirmam que um dos problemas de Rousseff foram suas posições contrárias ao neoliberalismo. Para Mary Castro, o projeto neoliberal em curso (uma mescla de capitalismo neoliberal com patriarcado), é um dos fundamentos do golpe e tende a atingir mais duramente as mulheres; sobretudo, as mulheres negras. Como ressalta Franco, uma vez derrubados os direitos conquistados, as mulheres negras ficam ainda mais vulneráveis à violência e ao racismo cotidiano.

Concluo esta resenha afirmando que o livro *O golpe na perspectiva de gênero*, para além de um olhar direcionado ao processo de *impeachment*, trata dos fundamentos patriarcais da política brasileira, os quais são explicitados por diversos fatos que compõem a atual crise. O ano de 2013, com os conflitos em torno da lei n.12.845/2013 e o ano de 2016, com *impeachment*, são momentos de agudização desses conflitos de gênero. Entretanto, eles permanecem centrais com a mudança de governo (de Temer a Bolsonaro), com os retrocessos de políticas sociais e seus impactos no enfrentamento das desigualdades de gênero e com as escolhas políticas e ideológicas fundamentalistas, conservadoras e neoliberais.